CULTURA E VALORIZAÇÃO URBANA PARA O CONSUMO TURÍSTICO DAS CIDADES: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS E ALTERNATIVAS PARA FOZ DO IGUAÇU-PR

CULTURE AND URBAN RECOVERY FOR TOURIST CONSUMPTION OF CITIES: CONTEMPORARY TRENDS AND ALTERNATIVES TO FOZ DO IGUAÇU-PR

Sílvia Taís Betat[1]

RESUMO

O turismo urbano apresenta-se como uma oportunidade de negócio para as cidades, como modo de movimentar a economia e atrair investimentos. Os governos procuram promover a cidade para o turismo pela implementação de projetos de revitalização urbana relacionados ao patrimônio, cultura e lazer. A partir da análise das práticas de valorização urbana por meio da cultura, este artigo busca identificar diretrizes possíveis para a cidade de Foz do Iguaçu, alinhadas com as práticas contemporâneas.

Palavras-chave: patrimônio, planejamento urbano, turismo urbano, revitalização urbana.

ABSTRACT

Urban tourism is presented as a business opportunity for cities as a way to move the economy and attract investment. Governments seek to promote the city for tourism by the implementation of urban revitalization projects related to heritage, culture and leisure. From the analysis of urban valuation practices through culture, this article seeks to identify possible guidelines for the city of Foz do Iguaçu, in line with contemporary practices.

Key-words: patrimony, urban planning, urban tourism, urban regeneration.

[1] Arquiteta e Urbanista, especialista em Turismo – Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, Mestre em Geografia. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UDC – Faculdade Dinâmica das Cataratas.

Introdução

A expansão da atividade turística nas cidades tem despertado o interesse do poder público para a potencialização dos benefícios advindos desta prática. Por meio de ações diretas do poder público ou incentivo à iniciativa privada, vem sendo feitas intervenções no espaço urbano para dotá-lo de maior atratividade turística, seja pela seleção de espaços privilegiados, seja por ações de requalificação de áreas, revitalização e restauração do patrimônio histórico e cultural.

No contexto da globalização econômica e homogeneidade de padrões arquitetônicos decorrentes, o patrimônio histórico-cultural pode adquirir importância para diferenciação entre lugares. Entretanto, muitas ações que aparentemente valorizam o lugar, em um nível mais profundo são cenários descompromissados com a história e a cultura, que atendem às demandas de mercado e interesses externos.

A abordagem da cidade em um contexto histórico, desde o século XIX, em um período de grandes modificações urbanas, busca compreender a cultura e a valorização do espaço urbano a partir deste contexto - em uma trajetória pelo pré-modernismo, modernismo e pós-modernismo – e suas conexões com o momento atual do planejamento urbano.

Ao investigar as estratégias contemporâneas de intervenção urbana que utilizam o filão da cultura como elemento recorrente, busca-se uma visão mais abrangente deste processo - ora acusado de interesses puramente econômicos, ora apontado como solução para problemas sociais atuais - que possa fornecer subsídios para estudos e ações futuras, bem como para estabelecer possibilidades para cidades onde o modelo de revitalização urbana vigente não possa ser totalmente aplicado, como é a condição de Foz do Iguaçu.

A ocupação da região oeste do estado do Paraná, onde se situa Foz do Iguaçu, remonta ao final do século XIX. A antiga Colônia Militar, fundada em 1889, passa a município em 10 de junho de 1914, considerando-se assim, sua fundação relativamente recente e sem apresentar patrimônio histórico edificado considerável (não há edificações tombadas no município). Conhecido mundialmente por seus atrativos turísticos, as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidroelétrica de Itaipu, o

município está situado na fronteira do Brasil com Paraguai e Argentina, na chamada Tríplice Fronteira, condição que favorece ao intercâmbio e diversidade culturais. De acordo com o censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – do ano de 2010, em 2007 Foz do Iguaçu contava com 256.088 habitantes (IBGE, 2010). Vivem no município, conforme dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI, 2010) representantes de 80 nacionalidades diferentes, destacando-se os imigrantes e descendentes de árabes e chineses.

Por meio de pesquisa de campo, este trabalho identifica edificações de interesse histórico, arquitetônico e cultural, com vistas à preservação do patrimônio, e propõe uma configuração de centro histórico. Entretanto, em função das particularidades da cidade, apresenta alternativas para a valorização dos espaços urbanos voltados ao lazer e ao turismo, ao exemplo de ações realizadas na cidade vizinha, Puerto Iguazu, na Argentina.

Cultura e valorização urbana

O interesse pelo patrimônio histórico edificado surge do contraste entre as transformações no espaço urbano, decorrentes da revolução industrial, com a cidade antiga. Até então, segundo Choay (2001) havia um interesse estrito ao monumento histórico. A industrialização, a modificação da economia e as fortes migrações para os centros urbanos no século XIX desencadearam profundas mudanças no aspecto das cidades, a considerar a reforma urbana de Paris a cargo do Barão Georges Eugène Haussmann. A obra destruiu parte da cidade medieval para construir amplas avenidas – os boulevares – de acordo com as demandas dos "tempos modernos": facilidade de tráfego para escoamento da produção, estímulo ao comércio e embelezamento urbano, entre outros. O contraste do novo espaço urbano - característico do modernismo que se seguiu - com a cidade antiga motivou a percepção do patrimônio urbano como um todo. É no contexto das mudanças urbanas ocorridas no século XIX que surge o urbanismo - teoria das cidades - proposto pela primeira vez por Cerdá, em 1867[2].

[2] 2 Segundo Choay (2007, p.179), Cerdá publica "Teoría general de l'urbanización", em 1867, em que pretende fundar o urbanismo como ciência da cidade.

Sobre o quadro geral de mudanças do século XIX e o surgimento do modernismo como um movimento urbano, Harvey (2007, p. 34) argumenta que "a crescente necessidade de enfrentar os problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos da urbanização maciça foi um dos canteiros onde floresceram movimentos modernistas". O autor reconhece uma "cadeia de conexões" desde a reforma de Paris no século XIX, passa pelos projetos urbanos modernistas de Le Corbusier e chega aos esforços de renovação urbana dos anos 1950 e 1960 "no espírito do alto modernismo". No período pós II Guerra Mundial, a partir de 1945, o modernismo chamado "internacional" ou "alto" assumiu uma condição hegemônica e por suas características, "uma relação muito mais confortável com os centros de poder dominantes da sociedade". O alto modernismo "era 'positivista, tecnocêntrico e racionalista', ao mesmo tempo em que era imposto como a obra de uma elite de vanguarda formada por planejadores, artistas, arquitetos, críticos e outros guardiães do gosto refinado" (HARVEY, 2007, p. 42). Neste período a arte e a cultura assumem uma aura de criatividade e originalidade, como contraponto a mecanização e industrialização, mas sem perder de vista o valor de mercado adquirido pelo objeto cultural original. Na arquitetura, os princípios da arquitetura e urbanismo modernos do CIAM[3], representados por Le Corbusier e Mies van der Rohe predominavam na renovação urbana em larga escala, distribuindo edifícios maciços, de volumes inspirados nos cubos e nas linhas retas, puristas, universais. A ornamentação e os elementos vernaculares na arquitetura, característicos da identidade de cada povo, eram abolidos em função da universalização do padrão estético. No urbanismo, o modelo modernista era adotado independentemente das condições geográficas, históricas, sociais e culturais: o urbanista projetava a cidade.

Como reação ao elitismo estético e às condições de esvaziamento do senso de humanidade nas diretrizes de intervenção urbana modernistas, nos anos 1960 surgem os movimentos contraculturais e antimodernistas que culminaram, em 1968, com uma "onda de rebelião" que sacudiu as grandes cidades (HARVEY, 2007). Para

[3] 3 CIAM – Congresso internacional de arquitetura moderna. A quarta edição dos CIAM, em 1933, produziu a Carta de Atenas, documento com as premissas do urbanismo moderno.

Berman (2007), os anos 60 representaram “um grito na rua”, o retorno ao cotidiano, a valorização da vida na cidade a partir do bairro, dos contatos, da agitação urbana das relações sociais que monumentalismo do período anterior - alto urbanismo - havia dificultado com suas auto-estradas, grandes obras e amplitude espacial. Para Arantes (2000, p. 14), a mudança de paradigma resultante dos movimentos libertários dos anos 60, chamada posteriormente de *cultural turn*, instaurou uma abordagem culturalista da cidade, que na esteira da globalização econômica teria se transformado, nas palavras da autora, em um “culturalismo de mercado”. De qualquer modo, os anos 60 e 70 assinalam uma mudança em relação à cidade e aos aspectos valorizados no espaço urbano: a generalização das necessidades humanas e modelos aplicáveis universalmente, desvinculação histórico-cultural e supervalorização da tecnologia deu lugar à valorização do cotidiano, da arte popular, do reencontro com a cidade e seus aspectos históricos na gênese do pós-modernismo. Segundo Berman (2007, p. 392), “um dos temas centrais da cultura dos anos 1970 foi a reabilitação da história e da memória étnicas, como parte vital da identidade pessoal”. Entretanto, a busca da historicidade e cultura pretendida pelo pós-modernismo já não seria possível em parâmetros anteriores ao modernismo, devido a uma mudança da sensibilidade coletiva e à alteração da relação espaço-tempo.

> Causa pouca surpresa que a relação do artista com a história [...] tenha mudado, que, na era da televisão de massa, tenha surgido um apego antes às superfícies do que às raízes, às colagens em vez do trabalho em profundidade, às imagens citadas superpostas e não às superfícies trabalhadas, a um sentido de tempo e de espaço decaído em lugar do artefato cultural solidamente realizado. E todos esses elementos são aspectos vitais da prática artística na condição pós-moderna. (HARVEY, 2007, P.63)

O resgate histórico da trajetória urbana a partir do ponto de viragem instaurado pela industrialização e conseqüente explosão demográfica das grandes cidades, permite observar tanto a mudança cultural como a presença dos interesses do mercado, vistos como facetas indissociáveis do processo. Para Harvey (2007, p.) “o pós-modernismo não assinala senão uma extensão lógica do poder do mercado a toda gama de produção cultural”, em que o projeto urbano atende aos mecanismos

do mercado num conceito de tecido urbano fragmentado e uma diversidade de formas e colagens muitas vezes efêmeras.

Para Arantes (2000, p. 14), a atual abordagem da cidade-empreendimento, que utiliza a cultura como uma amálgama entre a cidade e o capital, não passa de um "segundo turno" da abordagem culturalista da cidade após o *cultural turn* dos anos 60. E, no entanto, para a autora, a mesma geração que buscava a ruptura com o movimento moderno que a antecedeu, não passava de mais uma versão do mesmo, mantendo o vínculo com o formalismo e a relação com o capital. Cardoso (2004) estabelece a relação entre a cidade do modelo Haussmann e a cidade-empreendimento do planejamento estratégico a partir da segmentação urbana e mercantilização da cidade: "a cidade passa a ser oferecida àqueles indivíduos que pagam ou podem pagar pelo produto". O valor dos espaços urbanos não se dá pelo uso, mas pelo valor de troca que adquire.

Turismo urbano

O turismo urbano é um segmento onde a demanda turística apresenta tendência de crescimento, em função da vasta gama de opções oferecida pelas cidades (EJARQUE, 2005). Desempenha um importante papel na promoção de vantagens comparativas para a cidadeempreendimento, tanto pelos benefícios diretos da prática turística como pela atração de investimentos decorrente da veiculação de imagens urbanas para o turismo. As imagens urbanas selecionadas para a promoção turística da cidade "vendem a idéia de um viver urbano saudável, com padrões de qualidade de vida condizentes com alguns valores internacionais da cultura urbana contemporânea" (SÁNCHEZ, 1998, p. 30). Assim, a promoção urbana para o turismo constrói uma imagem positiva da cidade, veiculada pela mídia e compartilhada pelo imaginário coletivo, que pode ser um diferencial na competição interurbana pela atração de recursos e serviços avançados.

Conforme Silva (2004, p.), "os lugares turísticos geralmente são escolhidos e admirados por suas paisagens", ressaltando o caráter intencional dos cenários construídos no território, seja "pela apropriação visual de panoramas, mas também pela reprodução de padrões de beleza e qualidade estabelecidos, freqüentemente

versões de uma realidade idealizada". Neste sentido, o turismo como atividade geradora de benefícios para a cidade, é promovido especialmente pelos processos de renovação urbana e pela veiculação de imagens associadas ao consumo da cidade. Em outras palavras, as cidades, como produtos para o consumo turístico, precisam estar em constante atualização com as demandas, necessidades e valores do seu público em potencial. Assim, a criação de novos produtos turísticos tem relação direta com ações de renovação urbana, que colocam a cidade em constante condição competitiva e com a promoção urbana decorrente. Para o turismo nas cidades, na época contemporânea, não basta ter atrativos; é fundamental que os atrativos sejam promovidos ao ponto da cidade ser o principal atrativo. Segundo Knafou (1996), há três modos de criação de lugares turísticos: o primeiro, espontâneo, é resultante da prática turística; o segundo, na concepção e mercantilização de produtos turísticos, onde uma cidade passa a ser um produto oferecido pelas operadoras turísticas; e o terceiro, inicia pelo planejamento e promoção o território para o turismo, em um processo que ocorre por iniciativa local. É neste terceiro modo de criação de lugares turísticos que as atuais estratégias urbanas se inserem: planejar a cidade – ou partes dela - para atrair turistas, e investir em uma imagem urbana sedutora, atraente ao consumo turístico.

Intervenções urbanas e o consumo turístico das cidades

As atuais políticas públicas de intervenção urbana tem privilegiado a refuncionalização de edifícios e espaços urbanos, sinalizada sob várias denominações, muitas vezes com intenções explícitas para a turistificação dos lugares. Para Arantes (2000), os termos revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção e requalificação não são mais que eufemismos da gentrificação, no intuito de suavizar e esconder seu caráter de classe, "o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades". Conforme Silva (2004) a gentrificação, ou enobrecimento, começa pelo interesse de elites intelectuais ou econômicas em áreas ou edifícios degradados, que após processos de intervenção e reutilização, atraem o interesse para a região e podem desencadear a reforma de bairros inteiros, e a partir de

parceria entre setores público e privado, promover uma reforma urbana com características de reforma social pela seletividade econômica. Em conseqüência, áreas com localização privilegiada, geralmente próximas aos centros das grandes cidades, têm aumentado o seu valor de troca - em detrimento do valor de uso – pela especulação imobiliária. Para Luchiari (2005), o termo refuncionalização abrange os processos de requalificação e revitalização – associados à restauração -, e enobrecimento e gentrificação – renovação e elitização de áreas centrais urbanas -, pois a refuncionalização estaria presente em todos os demais processos. Apesar das várias denominações ou classificações, estas práticas urbanas apresentam o discurso em comum da valorização do patrimônio histórico e cultural como valorização dos espaços urbanos, mesmo que seu intuito não seja apenas este, como sugerem as autoras citadas.

Conforme Luchiari (2005, p. 101), “a ideologia empresarial do governo urbano passa a conceber o planejamento aos fragmentos, selecionando áreas que possam atrair o capital”. Os projetos de revitalização urbana selecionam áreas degradadas no tecido urbano, dotadas de infraestrutura e acessibilidade – geralmente próximas às áreas centrais – e a partir de estratégias do poder público em parceria com o setor privado – investidores, especuladores – distribuem atrativos culturais – cafés, teatros, casas de espetáculos, comércio – para o consumo dos turistas e das populações locais que podem pagar. Harvey (2007, p.46), aponta para a alteração no modo de planejar a cidade: em substituição ao “planos grandiosos baseados no zoneamento funcional de atividades diferentes” dos modernistas, “hoje em dia, é norma procurar estratégias ‘pluralistas’ e ‘orgânicas’ para a abordagem do desenvolvimento urbano como uma ‘colagem’ de espaços e misturas altamente diferenciados”.

De acordo com Zukin (*apud* ARANTES, 2000), o processo de gentrificação do SoHo é o mais conhecido e reprisado modelo de intervenção que une governos e capital privado, inicialmente através do incentivo aos artistas para a reciclagem dos *lofts*, a ocupação das áreas industriais e sua conversão em espaços espetacularizados pela arte e cultura. O Bairro do SoHo, em Nova York, possui um *glamour* particular, uma aura associada à cultura e à inovação: era reduto de artistas que nos anos 60 até os anos 70 ocuparam os espaços fabris abandonados – em

decorrência de um projeto não executado do então prefeito Robert Moses Porém, nos mesmos anos 70, os especuladores imobiliários “expulsaram de suas casas os artistas os quais não tinham esperanças de poder suportar os preços que a sua presença ajudara a criar” (BERMAN, 2007, p.).

No Brasil, segundo Luchiari (2005, p. 102), centros históricos de cidades adensadas “ganham destaque especial nos inúmeros projetos de revitalização”, motivados pela possibilidade de incremento do setor turístico. Em inúmeras capitais nordestinas, os processos de gentrificação modificam os centros históricos, a partir dos padrões de uma classe dominante, expulsando as populações tradicionais. Assim:

> Enquanto os projetos de revitalização carregam nas tintas para salientar as formas que agora exibem a estética da espetacularidade para o consumo do lazer, os usos sociais seletivos destas áreas não disfarçam o processo de segregação sócio-espacial. Apesar do revigoramento das formas, a fragmentação social acentua-se no uso direcionado ao consumo cultural, ou seja, exclusivo dos grupos sociais economicamente mais privilegiados. (LUCHIARI, 2005, p. 102)

O aspecto da segregação social e espacial decorrente dos processos de gentrificação – ou na origem destes processos – nos centros históricos brasileiros é analisado por Silva (2004, p. 48), especialmente na “reforma” do bairro do Pelourinho, na região central de Salvador, um exemplo de valorização do espaço urbano para atração do turismo. Considerada uma das intervenções urbanas mais polêmicas em centros históricos no Brasil, o projeto visava a exploração turística do lugar por meio do patrimônio histórico cultural. O destaque para as fachadas, que foram restauradas e pintadas de cores vivas, assim como a reforma dos interiores para abrigar bares, cafés, restaurantes, museus e casas de espetáculo, entre outros bens e serviços da indústria cultural, aponta para a espetacularização do lugar, consonante com os elementos e valores pós-modernos. As intervenções urbanas que visam à atratividade turística tendem a privilegiar o turista em detrimento do morador, em função da rentabilidade econômica. Conforme Silva (2004), “a arquitetura de vanguarda das grandes metrópoles mundiais, pós-moderna ou não, certamente está cada vez mais voltada para o turismo internacional” e no Brasil a arquitetura pós-moderna, característica da espetacularização do urbano, aparece de

modo mais restrito e em certas áreas da cidade, onde circulam os turistas e a parcela mais rica da população. A seletividade econômica dita quem tem acesso, exclui, segrega. Neste sentido, Luchiari (2005) afirma que a principal questão não é a homogeneização das paisagens pelos processos de revitalização, mas as territorialidades excludentes ao próprio lugar decorrentes da valorização pelo turismo.

Além do aspecto da segregação, Silva (2004, p.48) coloca em discussão "a questão do patrimônio – o que preservar e para quem preservar – e da identidade cultural, quando a adoção de modelos estereotipados nada tem a ver com a história e a cultura locais". A respeito da manutenção do patrimônio histórico por meio da restauração, Jeudy (2005, p.), a partir das idéias de John Ruskin, considera que a prática de restaurar uma construção para conservá-la como era originalmente é "anular 'a espessura do tempo'". Para ele o monumento modificado ao longo do tempo é um reflexo da história da cidade, contada a partir dos fragmentos superpostos. "A fidelidade à sua autenticidade original é uma ilusão", pois os períodos sucessivos imprimem marcas temporais no espaço expressas pelas mudanças materiais no monumento e no seu entorno. Neste sentido, as intervenções urbanas desde o século XIX lançaram um novo olhar sobre o patrimônio edificado, conferindo-lhe um valor histórico como conjunto arquitetônico, reflexo de uma época. A reforma urbana de Paris de 1853, que inaugurou os grandes projetos de intervenção urbana, foi muito criticada pela segmentação social decorrente, ao mesmo tempo em que destruiu parte da cidade antiga, também se tornou hoje um reflexo da história, o relato de um período. Assim como as cidades modernistas, contestadas pela negação da historicidade (por exemplo, Brasília), tornaram-se relatos de uma época e símbolos de um período na história e cultura ocidentais.

Foz do Iguaçu, cultura e patrimônio

O começo da colonização territorial em Foz do Iguaçu data do final do século XIX, entretanto o município passa a existir oficialmente no início do século XX. De acordo com o Plano Diretor de Foz do Iguaçu (PMFI, 2006), nos primeiros cem anos

de ocupação territorial, o município contava com 3.400 habitantes. Na década seguinte (1970-1980) houve um acréscimo de 102.000 habitantes em decorrência da construção da Usina Elétrica de Itaipu, que acarretou em drásticas mudanças na organização territorial e na formação populacional: urbanização dispersa e grande contingente de trabalhadores migrantes que se estabeleceram na região após o término dos trabalhos de construção da barragem. Com o centro erguido até 1950, a cidade não possui *edificações históricas* aos olhos da maioria dos moradores, visto que as grandes construções ecléticas das primeiras décadas do século XX inspiradas na Europa e mais especificamente na Paris de Haussmann, não foram construídas em Foz do Iguaçu. Suas edificações *históricas* possuem referências arquitetônicas do ecletismo – em uma versão mais simples que o presente no restante do Brasil -, do estilo neocolonial, do art déco e do modernismo.

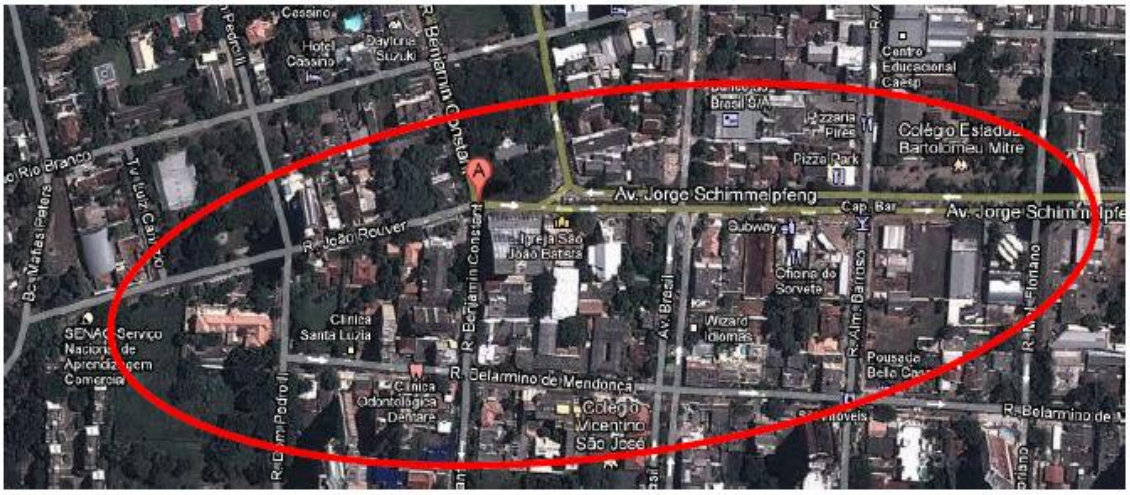

Figura 1: Centro Histórico de Foz do Iguaçu
Fonte: Google, adaptado por esta autora (2012).

O município de Foz do Iguaçu possui uma lei que trata do patrimônio, promulgada em 1990, que dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Foz do Iguaçu (FOZ DO IGUAÇU, 1990). Entretanto, não há registro de imóvel tombado pelo município e também não há imóvel tombado pelo Estado ou pela União[4]. Há edificações que possuem mais valor histórico cultural que

[4] O Parque Nacional do Iguaçu é patrimônio natural da humanidade pela Unesco em 1986 (PMFI, 2006).

arquitetônico, e a própria configuração de um centro histórico merece destaque (figura 1), assim como edificações representativas distantes da área central.

A caracterização do centro histórico está configurada não somente pela concentração de edificações históricas e de interesse arquitetônico, mas pelos usos existentes. A implantação da cidade conforme o modelo português, em um divisor de águas, com a praça, a igreja e a sede do poder administrativo, faz-se presente em Foz do Iguaçu. A Praça Getúlio Vargas, no encontro da Av. Jorge Schmmelpfeng e da Av. Juscelino Kubitschek está cercada pela sede da Prefeitura Municipal (edifício Art Déco), Fundação Cultural (Art Déco ou modernismo Classicista), Igreja São João Batista (características neogóticas), Casa Canônica (neocolonial com elementos de imigração), Antigo Banco do Brasil (atual Ministério do Trabalho, neocolonial), e nas proximidades Colégio Bartolomeu Mitre (neocolonial, vertente missão espanhola), Hotel Cassino Iguassu (neocolonial simplificado), Colégio São José (Art Déco). Distantes da área central, merecem destaque o Clube Gresfi (antigo aeroporto de Foz do Iguaçu, em estilo neocolonial missão espanhola), o Colégio Agrícola (características neocoloniais) e o Hotel das Cataratas (exemplar perfeito do estilo neocolonial), dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Pela diferenciação na paisagem e representação cultural, a Mesquita Muçulmana também se destaca.

No entanto, a paisagem urbana apresenta-se bastante fragmentada, carente de identidade visual imediata. A dispersão da urbanização se reflete na diversidade do próprio centro urbano, sem que se consigam estabelecer uma paisagem coesa. A “espessura do tempo” apresentada por Jeudy (2005) quase anula a possível identidade histórica e cultural, causada pela falta de referências mais marcantes (edifícios isoladamente) e pouca força dada ao conjunto. Edificações contemporâneas e bem projetadas se misturam a edificações sem o mesmo cuidado arquitetônico, reforçando a falta de identidade. Somado a isto, há carência e espaços de lazer para as camadas médias da população, mesmo que vinculados ao consumo.

A cidade vizinha *Puerto Iguazu*, na Argentina, apresenta ações atuais (ano base: 2012) de valorização da paisagem e melhoria dos espaços de uso da população, seja por iniciativa privada (shopping a céu aberto *Punto Iguazu*), seja por ações do Poder Público (*Costanera de Puerto Iguazu*).

Figura 2: Vista Parcial - Punto Iguazu Shopping
Fonte: Endereço eletrônico do Punto Iguazu Shopping (2012).

Figuras 3 e 4: Costanera de Puerto Iguazu
Fonte: Endereço eletrônico Iguazu en el Face (2012).

O shopping, tipo caminho, está localizado em área de fácil acesso a turistas e moradores e, em função do *mix* de lojas, destinar-se principalmente ao público externo. Apresenta arquitetura simples e bem elaborada, com elementos vernaculares como pedras da região e madeira, harmônico com a paisagem da cidade (figura 2). A *Costanera* é uma via que margeia o Rio Iguaçu com vista para o Brasil e o Paraguai, apresenta passeio para caminhadas, áreas para lazer ativo – *playgrounds* - e áreas para contemplação, mobiliário urbano e iluminação. Sem elementos de grande destaque, é a harmonia com a paisagem que a tornam bela e acessível a moradores da cidade e a turistas (figuras 3 e 4). Ambas as iniciativas, inauguradas em 2012, destinam-se a públicos distintos, mas compartilham o mesmo cuidado com a paisagem e o reforço da identidade visual da cidade: agregam ou invés de fragmentar. Também tem em comum a divulgação realizada nas redes sociais virtuais.

Considerações finais

A criação de cenários voltados ao turismo urbano contemporâneo, com homogeneidade estética e de usos, parece atender às demandas de um público que aceita e muitas vezes anseia o espetáculo, o efêmero, a beleza das formas, e como tal, a arquitetura reflete estes valores contemporâneos. Seria coerente a arquitetura e as intervenções urbanas expressarem outros conteúdos que não os da época atual, buscando uma expressão que não condiz com os valores coletivos, pelo menos da maioria? Este tipo de turismo – urbano contemporâneo - não exclui outros pontos de vista, como os projetos de desenvolvimento do turismo com base local, valorização do lugar e do patrimônio histórico-cultural. No contexto do turismo, há espaço para vários tipos de destinos, dependendo do posicionamento da cidade no mercado turístico. Apesar disto, o aspecto relevante são as conseqüências sócio espaciais do desenvolvimento do turismo em uma cidade, para que se apresente tão solidária ao morador como ao turista.

Os resultados positivos da valorização da cultura para o consumo turístico da cidade, aparecem tanto na distribuição o mais justa possível dos benefícios advindos da atividade turística no território, como no acesso e usufruto do lazer nas áreas urbanas pelos moradores, incluídos democraticamente nas cidades onde vivem. Apesar de Foz do Iguaçu receber turistas de todo o mundo, o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural é pouco conhecido e valorizado, e não contribui para a harmonia da paisagem ou expressão da identidade local, carecendo de intervenções que valorizem o centro histórico e as edificações representativas da cidade ou dos povos que a compõem. Empreendimentos como os realizados em Puerto Iguazu, que destacam o lugar e atendem a públicos diversos podem ser alternativas eficazes para incrementar o lazer e o turismo em Foz do Iguaçu, especialmente se associadas à diversidade cultural dos imigrantes e descendentes que vivem e circulam na cidade.

Referências

ARANTES, O. B. F. Uma Estratégia Fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In:

ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos**.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARDOSO, R. L. **Capital e Espaço:** aproximações analíticas entre o "modelo Haussmann" e o Planejamento Estratégico de Cidades. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Disponível em: <www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/ReginaldoLuizCardoso.pdf>.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

EJÁRQUE, J. **Destinos Turísticos de Éxito:** diseño, creación, gestión y marketing. Madrid: Ediciones Pirâmide, 2005.

FOZ DO IGUAÇU. Lei nº 1500, de 24 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/form_vig.pl#key_d>. Acesso: 12 mai. 2012.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna.** 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IBGE. Infográficos Cidades@. Foz do Iguaçu - PR. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410830>. Acesso em: 13 mai. 2012.

JEUDY, H.-P. **Espelho das Cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e geografia**: Reflexões teóricas e enfoques Regionais. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 62 - 74.

LUCHIARI, M. T. D. P. A Reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no consumo das cidades. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 17, 2005.

PMFI. Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Base de Dados. 2010. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/portal2/home_turismo/populacao.asp>. Acesso em: 12 mai. 2012.

PMFI. **Plano Diretor Municipal de Foz do Iguaçu**. Avaliação Temática Integrada. V. 1. 2006. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/Pagina.aspx?Id=176>. Acesso em: 12 mai. 2012.

SÁNCHEZ, F. Estratégias Comunicacionais para o Desenvolvimento do Turismo Urbano. In: LIMA, L. C. (org.). **Da Cidade ao Campo:** A Diversidade do Saber-Fazer Turístico**.** Fortaleza: UECE, 1998.

SILVA, M. G. L. **Cidades Turísticas:** Identidades e Cenários de Lazer**.** São Paulo: Aleph, 2004. (Série Turismo).